



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 14 dias do mês de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 105/XIII/2.<sup>a</sup>, 106/XIII/2.<sup>a</sup> e 107/XIII/2.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 6, 7 e 8 de junho de 2017
  2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 399/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD) – Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármorez (Estremoz, Borba e Vila Viçosa)
  3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 685/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) – Recomenda ao Governo que interceda pela reposição da paragem dos comboios em S. Marcos da Serra
  4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 654/XIII/2.<sup>a</sup> (PCP) – Combate a precariedade laboral no sistema de Metro do Porto
  5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 625/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) – Recomenda a aprovação de um programa de investimentos na rede ferroviária de proximidade e a recuperação da qualidade nos transportes públicos coletivos
  6. Fixação de redações finais relativas às seguintes iniciativas:
    - Projeto de Resolução n.º 741/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) - Recomenda ao Governo que reponha acessos aos Nós de Entradas Norte e Sul
  7. Outros assuntos
-



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

#### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 105/XIII/2.<sup>a</sup>, 106/XIII/2.<sup>a</sup> e 107/XIII/2.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 6, 7 e 8 de junho de 2017**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação as atas n.ºs 105/XIII/2.<sup>a</sup>, 106/XIII/2.<sup>a</sup> e 107/XIII/2.<sup>a</sup>, relativas às reuniões de 6, 7 e 8 de junho de 2017, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 399/XIII/1.<sup>a</sup> (PSD) – Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármore (Estremoz, Borba e Vila Viçosa)**

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou o projeto de resolução, tendo feito o enquadramento da matéria no PETI 3+. Considerou que o projeto ferroviário Sines-Badajoz se tratava de um projeto com importância estratégica nacional, tendo destacado o seu impacto na melhoria da capacidade do porto de Sines. Realçou as poupanças previstas para o trajeto Sines-Badajoz (três horas) e o aumento da tonelagem por locomotiva, bem como a utilização em exclusivo da tração elétrica. Considerou ainda que as virtudes deste projeto era claramente incontestáveis, mas havia ainda algumas intervenções que não estavam clarificadas, nomeadamente quanto às paragens dos comboios de mercadorias na região do Alentejo, em especial na zona dos mármore (Borba/Vila Viçosa/Estremoz), fundamental para que o território ganhe competitividade internacional.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), Heitor de Sousa (BE), João Oliveira (PCP) e Luís Moreira Testa (PS).

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apenas expressou concordância com o projeto de resolução.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que esta iniciativa merecia uma reflexão mais alargada e continuada no tempo.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Defendeu que não se podia tratar paragens de comboios de mercadorias como paragens de comboios de passageiros. Argumentou que a preocupação do projeto de resolução era justa, chamava a atenção para o problema da ligação de transporte de mercadorias da zona dos mármoreos com as linhas ferroviárias internacionais, mas essa ligação só poderia ser feita através de plataformas logísticas. A este propósito referiu a plataforma logística do Caia, de que nunca mais se ouviu falar, e o facto de os espanhóis estarem a avançar com a plataforma logística internacional do Sudoeste Europeu em Badajoz. Concluiu, afirmando que do lado português se tinha de rever a logística de transporte ferroviário de mercadorias na região da fronteira e que o projeto de resolução ganharia muito com uma explicação de como isso se articula com a logística de mercadorias nesta zona.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) começou por afirmar que o desprezo com que o anterior Governo PSD/CDS-PP tratou o Alentejo se traduzia agora na forma pouco cuidada como estas propostas apareciam. Referiu que a plataforma logística do Caia se discutia desde 2003, havendo o problema da falta de decisão política. Defendeu que a articulação entre o investimento internacional Sines/Caia e a ferrovia regional era algo que tinha de ser estruturado e o financiamento devia ser obtido também de forma articulada. Questionou sobre a posição do PSD a este respeito e se nos documentos oficiais que refere na exposição de motivos se incluía o PETI 3+. Argumentou que servia de pouco que os comboios de mercadorias parassem nas estações se estas não tiverem capacidade para assegurar esse transporte, tendo lembrado que em Estremoz, Borba e Vila Viçosa não havia estações de comboio há mais de 20 anos.

Pelo Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) foi afirmado que quem não conhecia o território tinha facilidade em apoiar este projeto de resolução. Lembrou que tinha havido um abandono sistemático da ferrovia durante décadas, no Alentejo e que a realidade era incompatível com este projeto de resolução. Se se fizessem as paragens propostas, prosseguiu, a poupança de



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

tempo no trajeto Sines-Caia ficaria completamente aniquilada. Concluiu, afirmando que tinha faltado reflexão e fundamentação a esta iniciativa.

Para encerrar a discussão, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para lembrar que o projeto de resolução tinha sido apresentado há cerca de um ano e entretanto nenhum partido tinha apresentado outras propostas. Lembrou os concursos que estão a decorrer para lanços de linha do comboio e afirmou que ou se dava esta oportunidade à região do Alentejo – e o pedido do projeto de resolução era que se pensem e estudem as hipóteses propostas, reiterou – ou a oportunidade perdia-se. Referiu ainda o documento estratégico sobre a região que foi aprovado por unanimidade por todas as câmaras municipais, e o facto de estas hipóteses constarem desse documento. Concluiu, referindo o facto de se terem encerrado 800 km de ferrovia, na sequência do memorando de entendimento assinado pelo PS com a troika bem como a transformação de vários canais ferroviários em ecopistas.

#### **3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 685/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) – Recomenda ao Governo que interceda pela reposição da paragem dos comboios em S. Marcos da Serra**

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o projeto de resolução, afirmando que o mesmo se destinava a repor serviços ferroviários que existiam no interior algarvio para assegurar o transporte público às populações. O facto de há uns anos a CP ter decidido deixar de fazer paragens em S. Marcos da Serra foi drástica para as populações. Afirmou que a decisão vinha das políticas seguidas pelo Governo anterior, sob a égide da troika, e S. Marcos da Serra não escapou à lógica de redução de serviços públicos. Referiu que isto levou a que as populações do interior algarvio deixassem de ter acessibilidades em transporte público ferroviário, mas que fazia sentido que agora estas populações voltassem a ter acesso a este transporte, colmatando-se algumas das carências que continuam a existir nessas localidades, até porque os



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

autocarros que existem não funcionam durante o fim-de-semana. Concluiu afirmando que as populações têm exigido a reposição desta paragem de comboios e dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), António Eusébio (PS), António Costa Silva (PSD) e Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) afirmou que, no passado mês de fevereiro, o Grupo Parlamentar do PCP já tinha questionado o Governo sobre o assunto, realçando a falta de acessos a serviços públicos, nomeadamente a serviços de saúde, a insuficiência do serviço de autocarros, bem como o facto de muitos comboios pararem em S. Marcos da Serra, mas não permitirem o embarque e o desembarque de passageiros, por se tratar de uma paragem técnica para cruzamento de comboios. Informou ainda que, nessa pergunta ao Governo, o PCP havia proposto que na estação de caminho-de-ferro de S. Marcos da Serra fosse garantida a paragem de, pelo menos, dois comboios por dia, em cada sentido, para embarque/desembarque de passageiros. Tendo o BE adotado esta proposta no seu Projeto de Resolução, naturalmente que este mereceria o voto favorável do PCP.

Pelo Senhor Deputado António Eusébio (PS) foi afirmado que era verdade que S. Marcos da Serra tinha uma população muito envelhecida, que os horários dos autocarros estavam desfasados das necessidades das populações, que a junta de freguesia disponibilizava transporte, duas vezes por semana, para os residentes entre duas localidades e S. Marcos da Serra, mas a paragem do comboio obrigaria a ter de adequar e reforçar o transporte entre a povoação e a estação de caminho-de-ferro e a analisar quais os comboios que lá iriam parar. Questionou se o BE tinha essa informação e se pretendia criar uma nova rota regional ou intrarregional que passasse e parasse em S. Marcos da Serra. Questionou também sobre a quantidade de pessoas servidas, para que houvesse uma noção dos custos envolvidos.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) concordou com a caracterização da situação feita pelo orador antecedente. Reconhecendo que



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

as populações careciam de ligações, afirmou que isso deveria ser visto numa lógica global, ponderando-se os modos ferroviário e rodoviário, tendo em atenção o problema de articulação de transportes que existe. Considerou que o projeto de resolução era algo vago e que a questão deveria ser bem pensada, para se saber que tipo de comboio estava em causa e que tipo de paragem seria feita.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) lembrou que a população tinha apenas dois autocarros que a serviam e que os transportes ferroviários já tinham existido no passado. Questionou sobre qual o tipo de transporte ferroviário mais adequado e lembrou que, por exemplo, a paragem dos comboios Alfa tornaria a viagem para o Algarve menos competitiva.

Para encerrar a discussão, tornou a intervir o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para contestar a ideia de que a iniciativa tinha ideias vagas, afirmar que o projeto de resolução era muito concreto, referindo até as horas de saída e chegada dos autocarros. Reiterou a afirmação de que, com a retirada da ferrovia, as populações foram gravemente prejudicadas na sua acessibilidade para satisfação das necessidades de quem vive e trabalha nesta freguesia. Reafirmou que o que se propunha eram duas circulações ferroviárias diárias. Quanto ao tipo de comboios, afirmou que não era gestor da CP e que apenas identificava as necessidades existentes, cabendo às empresas públicas e privadas ir ao encontro da satisfação dessas necessidades. Defendeu que o que era necessário era saber se os Deputados dos outros grupos parlamentares estavam de acordo com o projeto de resolução. Concluiu lembrando que a CP tinha eliminado o serviço regional nesta zona, tem uma grave carência de comboios para assegurar o serviço regional, mas as populações não podiam continuar a ser prejudicadas por uma política errada de investimentos.

#### **4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 654/XIII/2.<sup>a</sup> (PCP) – Combate a precariedade laboral no sistema de Metro do Porto**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o projeto de resolução, afirmando que a Metro do Porto tinha revolucionado a política de transportes públicos no Porto, tinha-se iniciado há cerca de 13 anos e desde essa altura que era marcado por uma precariedade laboral muito acentuada. Tendo dado conta da extensão da rede de Metro do Porto e do facto de a empresa ter apenas 96 trabalhadores com vínculo, número que quer reduzir para 47, afirmou que estes são insuficientes para a operação, sendo contratados centenas de trabalhadores por empresas cujos contratos de concessão se vão alternando e os trabalhadores transitam de uma empresa para outra, com contratos precários. Considerou que estes são trabalhadores fundamentais para a operação da Metro do Porto e concluiu, dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Ricardo Bexiga (PS), Carla Barros (PSD), Heitor de Sousa (BE) e Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) começou por afirmar que o projeto de resolução tinha um problema formal, uma vez que o título não coincidia com as propostas apresentadas nos termos resolutivos, tendo proposto a sua reformulação. Afirmou que o Metro do Porto tinha não 13 anos mas 25, tendo sido iniciado pelo então Presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, e que era um dos grandes projetos de sucesso na área da mobilidade urbana. Afirmou também que o modelo tem funcionado e o PS não via razão para mudar o modelo de gestão. Em matéria de recursos humanos, havia o quadro técnico, o quadro operacional e o quadro administrativo. Quanto ao quadro operacional, este vivia de trabalhadores da CP e da EMEF, num contexto de aproveitamento e racionalização de recursos humanos. Quanto ao quadro técnico, tinha sido reduzido porque, não existindo o trabalho para o qual tinham sido contratados os técnicos, muitos tinham saído, alguns para projetos internacionais. Quanto ao quadro administrativo, este tinha sido objeto também de uma racionalização. Concluiu, reiterando que o modelo tem funcionado e tem merecido o apoio de todos os autarcas da região.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

A Senhora Deputada Carla Barros (PSD) concordou com o orador antecedente quanto à desadequação entre o título e o conteúdo do projeto de resolução. Considerou que a forma como o PCP encara as reversões tem levado a que utilize a precariedade dos trabalhadores para chegar às reversões e alterações dos modelos de gestão. Afirmou que o PS tinha de se definir e perceber, nestas matérias de precariedade, com quem estava a governar o país. Defendeu que as reformas na área laboral que estavam a ser feitas pelo anterior Governo tinham de ser seguidas, que as empresas têm de ter modelos de gestão flexíveis, que as condições dos trabalhadores não podem ser prejudicadas mas não podemos querer que as empresas tenham 100% dos trabalhadores efetivos. Desafiou ainda o PCP e o BE a apresentarem uma empresa que cumpra estas condições. Concluiu, afirmando que o PSD não tem recebido relatos das organizações de trabalhadores do Metro do Porto que refiram a situação descrita no projeto de resolução.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que o seu grupo parlamentar concordava, de forma genérica, com o projeto de resolução. Respondeu à Deputada Carla Barros, afirmando que confundia a árvore com a floresta e que o modelo de gestão da Metro do Porto não existia em mais nenhuma empresa pública no país ou no estrangeiro, pois em nenhuma havia nos estatutos uma norma que dissesse que, se ao fim de 2 anos a empresa não estivesse equilibrada, devia ser automaticamente subconcessionada. Referiu que esta situação era a demonstração prática de que os processos de subconcessão conduziam à precariedade laboral. Realçou que a Metro do Porto nunca deu lucro, foi sempre financiada pelos cofres públicos e os privados apenas esperam pelo financiamento do subsídio do Estado para poderem operar. Reiterou que todo o investimento foi feito com dinheiros públicos e não privados. Concluiu lembrando que havia largas dezenas de trabalhadores que trabalhavam havia 7 ou 8 anos no Metro do Porto e continuavam com contratos precários.





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) afirmou que esta discussão não era propriamente sobre a precariedade, que o seu grupo parlamentar tinha profunda preocupação com a extensão da rede do Metro do Porto e as afirmações do Ministro do Ambiente no dia a seguir à aprovação de um projeto de resolução sobre a matéria, mas não estava preocupado com o modelo de gestão da Metro do Porto. Referiu que quando se comparava a qualidade de serviço do Metro do Porto com outros congéneres, verificava-se que essa qualidade era efetiva, nomeadamente porque não tinha greves que paralisavam o funcionamento da empresa. Concluiu, afirmando que o CDS-PP não podia acompanhar o PCP neste projeto de resolução e lembrou a forma como foi definida a gestão da Metro do Porto.

Finalmente, interveio o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), para encerrar a discussão, afirmando que o modelo de gestão era, ele próprio, de precariedade laboral. Referiu a situação dos trabalhadores que são despedidos de uma subconcessionária, porque acabou a subconcessão e outra empresa passa a fazer esse trabalho e depois a nova empresa aborda os trabalhadores despedidos, propondo-lhes um contrato com um salário inferior ao que auferiam e com o reinício da contagem da antiguidade. Reiterou que o *know-how* não existe nas empresas mas sim nos trabalhadores. Argumentou que para combater a precariedade era preciso mexer na gestão e por isso é que o título do projeto de lei estava consonante com as propostas apresentadas. Lembrou ainda que as questões da precariedade laboral eram muito antigas, remontavam ao século XIX e apresentar a precariedade como algo moderno não ficava bem a ninguém. Concluiu, dando exemplo de várias empresas que não recorrem a trabalho precário e afirmando que, nesta questão concreta da Metro do Porto, o modelo de subconcessão é o que determina a precariedade.

**5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 625/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) –  
Recomenda a aprovação de um programa de investimentos na rede  
ferroviária de proximidade e a recuperação da qualidade nos transportes  
públicos coletivos**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Por solicitação do Grupo Parlamentar do PS, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

#### **6. Fixação de redações finais relativas às seguintes iniciativas:**

**– Projeto de Resolução n.º 741/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) - Recomenda ao Governo que reponha acessos aos Nós de Entradas Norte e Sul**

A redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 741/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) foi fixado sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

#### **7. Outros assuntos**

O Senhor Presidente informou que tinha dado entrada, e sido distribuído com a documentação para esta reunião, um requerimento apresentado pelo PSD, para audição do Secretário de Estado da Infraestruturas e do Presidente das Infraestruturas de Portugal, sobre o incêndio no Túnel do Marão. Usaram da palavra o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para apresentar o requerimento e dar contas das razões pelas quais o seu grupo parlamentar pretendia ouvir as entidades referidas, e Pedro Mota Soares (CDS-PP), para concordar com o requerimento e realçar a urgência na realização destas audições.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

De seguida, o Senhor Presidente informou que a audição pública sobre o ramal da Lousã estava prevista para dia 4 de julho, às 15 horas, na Sala do Senado; que a última audição regimental do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas nesta sessão legislativa estava agendada para o dia 5 de julho, às 10 horas; e que o Governo pretendia agendar a última audição regimental do Ministro da Economia nesta sessão legislativa para dia 12 de julho, às 10 horas, mas como para esse dia estava também agendado o debate do Estado da Nação, tinha proposto, em alternativa, a realização dessa audição no dia 13 de setembro.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

O Senhor Presidente informou ainda que tinham baixado à Comissão, em conexão, os seguintes projetos de lei: 536/XIII (PEV) – “Estabelece a obrigatoriedade de informação ao consumidor, na fatura da água, sobre dados relativos à qualidade da água para consumo e ao encaminhamento de resíduos para operações de gestão, procedendo à alteração do Decreto-Lei nº 114/2014, de 21 de julho”, sendo competente a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação; 539/XIII (PEV) – “Alarga a abrangência das regras de rotulagem para os alimentos geneticamente modificados”, sendo competente a Comissão de Agricultura e Mar; e 543/XIII (PEV) – “Cria um incentivo fiscal à utilização da bicicleta”, sendo competente a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para propor que a audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas agendada para dia 5 de julho seja dedicada aos requerimentos pendentes e se encontre nova data para a audição regimental, o que mereceu a concordância dos restantes grupos parlamentares.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2017.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 108/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Emídio Guerreiro  
Fátima Ramos  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Moreira Testa  
Paulino Ascensão  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
António Cardoso  
Carla Barros  
João Oliveira  
Jorge Machado  
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Luís Leite Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Cristóvão Norte  
Paulo Rios de Oliveira